



ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS CASOS DE SÍFILIS GESTACIONAL NO BRASIL DURANTE O PERÍODO DE 2017 A 2021

ICARO JHONATHAN DOS PASSOS OLIVEIRA; SANDRA DE OLIVEIRA CRUZ; SERVULYNA GARCÊZ DE OLIVEIRA NETTA BOMFIM; GUILHERME DOS SANTOS PEREIRA; CARLA DORALICE ALVES DA SILVA

RESUMO

O estudo justifica-se a partir da necessidade de abordar e ilustrar uma patologia infectocontagiosa com grande magnitude em agravos sociais, políticos e de saúde, que pode comprometer o funcionamento e desenvolvimento orgânico do binômio mãe-filho. Sendo assim, objetivou-se analisar o perfil epidemiológico dos casos de sífilis gestacional no Brasil durante o período de 2017 a 2021. Trata-se de uma pesquisa do tipo epidemiológica, descritiva, com abordagem quantitativa, realizada através de busca no DATASUS e TABNET no período de 2017 a 2021. Quanto as variáveis determinadas e analisadas, cita-se: ano de diagnóstico, região de notificação, faixa etária, escolaridade e raça. Ao analisar as informações contidas do TABNET, percebeu-se inicialmente que o ano de 2021 apresentou menor incidência da patologia na gestante (26.903), entretanto é importante mencionar que os dados só constam até o mês de junho de 2021, ou seja, apenas metade do ano. Em sequência, aponta-se o ano de 2017 (49.835), 2020 (61.402), 2019 (62.084) e 2018 (63.250). Observou-se o resultado de que o menor índice de diagnóstico para a sífilis gestacional foram em mulheres com Educação Superior incompleta, apresentando 4.015 casos (1,5%) e Educação Superior completa, com a menor incidência de 3.276 casos (1,2%) e que os maiores índices estavam presentes em mulheres com Ensino Fundamental incompleto com 65.346 casos (24,4%), ou seja, as mulheres com menor nível educacional. Com base na pesquisa realizada, foi possível concluir que o perfil epidemiológico dos casos de sífilis gestacional estavam concentrados principalmente em mulheres pardas, com idade fértil, residentes no sudeste ou nordeste do Brasil e com baixo nível educacional. É visível que mulheres em perfil de vulnerabilidade são mais propensas a terem o diagnóstico positivo para sífilis gestacional, evidenciando assim, a importância da existência e implementação de políticas públicas voltadas para esses grupos e a realização de estudos mais detalhados.

Palavras-chave: Epidemiologia; Saúde da Mulher; Sífilis na Gestação; Infecção Sexualmente Transmissível.

1 INTRODUÇÃO

A sífilis é uma infecção bacteriana causada pela bactéria denominada de *Treponema pallidum*. Sua transmissão ocorre principalmente pela via sexual, através do contato com um indivíduo infectado, mas também é possível adquirir de forma vertical, de mãe para filho e através do contato com sangue infectado. Esse tipo de infecção possui diversos estágios e sintomas, com difícil diagnóstico precoce, pois requer que o indivíduo visualize a lesão inicial e busque acompanhamento de saúde (ROSA *et al.*, 2020).

Essa falta de busca para o tratamento precoce pode ocasionar em consequências para a saúde, onde em casos avançados, a infecção causa danos a órgãos e sistemas, podendo levar ao desenvolvimento de problemas neurológicos, cegueira e outras complicações. A problemática torna-se ainda maior quando o diagnóstico é feito em uma gestante, ou seja, quando é um caso de sífilis gestacional (SILVA; MAGALHÃES; LAGO, 2019).

No caso da sífilis gestacional, a infecção pode vir a afetar não somente a saúde da mulher, mas também afetar diretamente o feto, gerando a sífilis congênita. A partir dessa compreensão, aponta-se a tamanha complexidade da patologia, que requer uma detecção precoce e tratamento adequado, além de um acompanhamento de pré-natal de qualidade associado a conscientização da população com o objetivo de prevenir o acometimento da patologia (ROSA *et al.*, 2020).

Com base nas informações descritas, surgiu-se o seguinte questionamento: “Qual o perfil epidemiológico dos casos notificados para sífilis gestacional no Brasil durante os anos de 2017 a 2021?”. Sendo assim, a pesquisa em questão justifica-se perante a sua relevância científica e social, pois aborda uma patologia com grande magnitude, que pode vir a afetar o binômio mãe-filho. Ou seja, possui relevância social por auxiliar na manutenção da saúde de um grupo da população e possui relevância científica por discorrer sobre uma temática que requer pesquisas constantes e que poderá auxiliar como fonte de consulta para discentes e profissionais da área da saúde.

Sendo assim, objetivou-se analisar o perfil epidemiológico dos casos de sífilis gestacional no Brasil durante o período de 2017 a 2021.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa do tipo epidemiológica, descritiva, com abordagem quantitativa, acerca da notificação dos casos de sífilis gestacional no Brasil. Segundo Blumenberg (2018), os estudos epidemiológicos possuem o foco de estimar patologias e a ocorrência de eventos relevantes para a saúde, avaliando assim, o estado de saúde de um determinado local e uma determinada população.

Para coleta das informações, realizou-se uma busca dos dados epidemiológicos através de dados do departamento de informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e das informações de saúde e tabulação de dados presentes no TABNET. A partir da busca, a coleta ocorreu de maneira manual, com base em variáveis previamente definidas e organizadas através do software Microsoft Excel®. Quanto as variáveis determinadas e analisadas, cita-se: ano de diagnóstico, região de notificação, faixa etária, escolaridade e raça.

A coleta dos dados ocorreu durante o mês de agosto de 2023. Quanto ao período analisado, selecionou-se o ano de 2017 até o ano de 2021. A escolha do recorte temporal se deu pela razão de ser os cinco anos mais atuais entre os períodos disponíveis no TABNET, sendo assim, a análise epidemiológica foi realizada com os dados mais atuais sobre a notificação compulsória de sífilis na gestação disponibilizados pelo Sistema Único de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

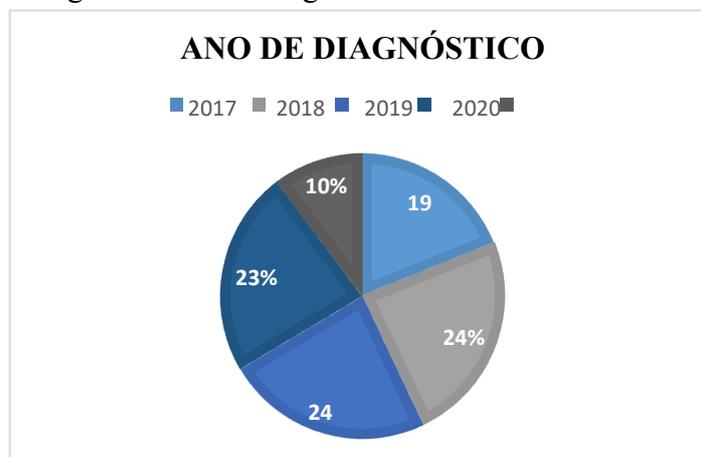
Em relação aos aspectos éticos e legais da pesquisa científica e baseado nas normativas nº 466 de 2012 e nº 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), aponta-se que a pesquisa em questão foi baseada em dados secundários e disponíveis em locais de livre acesso, sendo assim, a submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) é dispensada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar as informações contidas do TABNET, percebeu-se inicialmente que o ano de 2021 apresentou menor incidência da patologia na gestante (26.903), entretanto é importante

mencionar que os dados só constam até o mês de junho de 2021, ou seja, apenas metade do ano. Em sequência, aponta-se o ano de 2017 (49.835), 2020 (61.402), 2019 (62.084) e 2018 (63.250), conforme observa-se na figura a seguir.

Figura 1 – Ano de diagnóstico da sífilis gestacional



Fonte: Próprios autores (OLIVEIRA; CRUZ; BOMFIM; PEREIRA; SILVA, 2023).

Outro dado importante a ser apontado foi descrito na pesquisa de Monteiro (2022), a autora refere que mais de 17% das gestantes analisadas apresentaram resultado positivo para sífilis gestacional, mas não foram notificadas. Esse tipo de prática é descrita como algo preocupante, pois a falta de notificação pelos profissionais interfere nos resultados epidemiológicos (MONTEIRO, 2022).

Adentrando a busca pelos territórios do Brasil, selecionou-se os casos confirmados segundo a região de notificação, onde foi possível observar que a região sudeste apresentou a maior incidência, com 122.553 casos (46%), seguida pela região nordeste com 56.659 casos (21,2%), região sul com 39.872 casos (14,9%), região norte com 26.088 casos (9,7%) e por fim, a região Centro-Oeste com 21.653 casos (8,1%).

Com base nos resultados apontados por Teixeira, Mourão e Santana (2023), evidencia-se que a maior prevalência dos casos na região sudeste pode ser explicado pela grande concentração populacional que existe na área. Já a região nordeste que foi descrita como a segunda com maior incidência, as razões para as altas taxas são diferentes, sendo influenciado pela falta de investimentos e de infraestrutura para a saúde, fatores esses que geram debilidade nos serviços de saúde (ARAÚJO *et al.*, 2021).

Complementando esses achados, Bezerra *et al.* (2019) discorrem sobre outras razões relacionadas a alta incidência da sífilis gestacional, destacando a não realização do pré-natal ou um pré-natal inadequado. Essa problemática evidencia a importância da existência de políticas de saúde e da busca ativa pelas gestantes da comunidade, apontando ainda a importância dos profissionais da saúde, pois através de uma orientação adequada, muitos casos poderiam ser evitados.

Em sequência, buscou-se analisar o perfil epidemiológico das gestantes que receberam diagnóstico positivo para sífilis.

Tabela 1 – Categorização dos casos confirmados por ano de diagnóstico e faixa etária

ANO DE DIAGNÓSTICO	10-14 ANOS	15-19 ANOS	20-39 ANOS	40-59 ANOS
2017	622	12.940	35.245	983
2018	718	15.740	45.564	1.209
2019	642	14.883	45.342	1.165

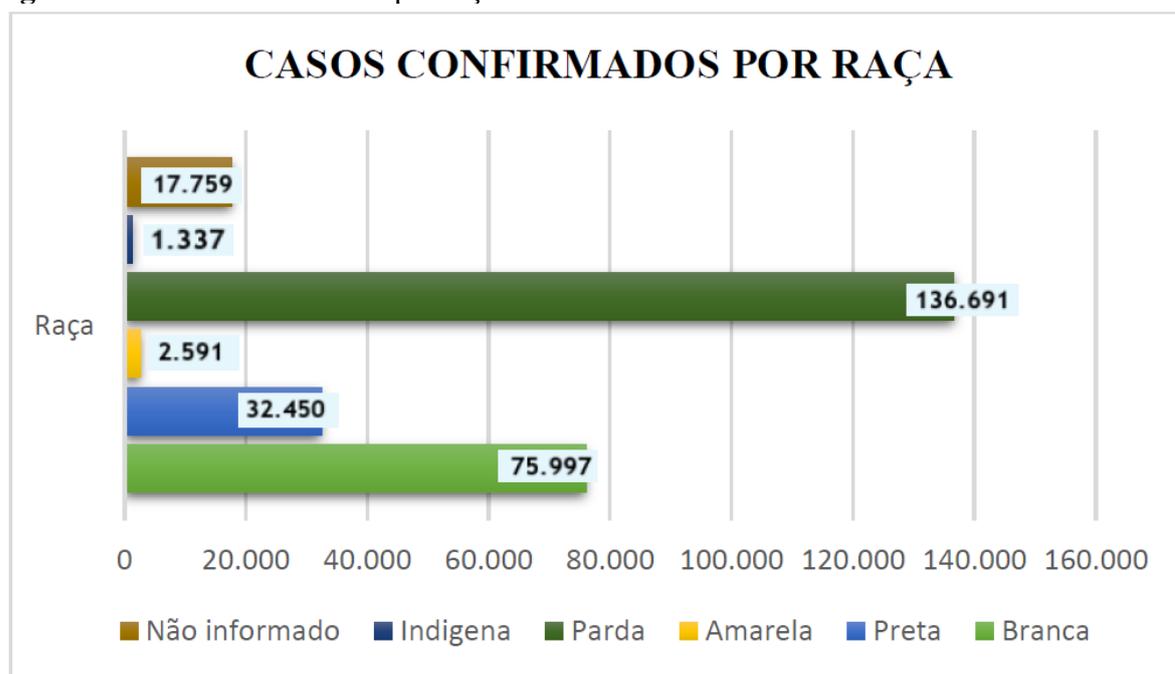
2020	608	14.151	44.726	1.167
2021	246	5.812	19.965	538

Fonte: Próprios autores (OLIVEIRA; CRUZ; BOMFIM; PEREIRA; SILVA, 2023).

A partir da tabela 1, em relação a faixa etária, verifica-se que a maior incidência está presente entre as idades de 20 a 39 anos. Discorre-se que essa grande incidência na faixa etária pode estar diretamente relacionada com o fato de que a maioria das gestantes encontram-se dentro dessa faixa. Compreendendo esses achados, a pesquisa de Marques *et al.* (2018) refere que os profissionais da saúde devem realizar uma triagem e busca ativa por essas mulheres, principalmente com aquelas que estão em idade fértil.

Outro ponto ressaltado pelos autores é o aumento da quantidade de adolescentes grávidas, identificando assim, uma precocidade para atividades sexuais (MARQUES *et al.*, 2018). É possível visualizar esse mesmo achado na presente pesquisa, onde o segundo maior número de casos estava presente em gestantes com 15 a 19 anos, idade considerada como vulnerável frente a comportamentos sexuais e consequentemente, vulnerável para IST's (FILHO *et al.*, 2021).

Figura 2 – Casos confirmados por raça



Fonte: Próprios autores (OLIVEIRA; CRUZ; BOMFIM; PEREIRA; SILVA, 2023).

Segundo Filho *et al.* (2021), essa alta quantidade de diagnósticos positivos em mulheres pardas evidencia a influência dos determinantes sociais sob o quadro de saúde. O fato de existir uma supremacia da sífilis sobre um grupo específico leva a carência de estratégias e projetos que facilitem o acesso dessas mulheres, atuando com base na equidade, ou seja, ofertando mais a esse grupo que mais necessita.

Os determinantes e condicionantes da saúde são fatores, presentes no cotidiano, que influenciam o estado de saúde de um indivíduo, incluindo fatores genéticos, o local de residência, comportamentos sexuais, o trabalho, o acesso a serviços básicos, o aspecto socioeconômico, hábitos de vida e diversos outros aspectos. Nessa pesquisa foi observado principalmente a influência da região de residência, faixa etária, raça e escolaridade ou nível educacional.

Abordando os casos confirmados com base na escolaridade das gestantes, aponta-se que

a maioria dos casos estavam concentrados como “Em branco” ou “Informação ignorada”, com de 71.009 casos (cerca de 26,6%). Em sequência, o maior índice foi encontrado em mulheres com Ensino Fundamental incompleto Ensino Médio completo com 54.785 casos (20,5%); Ensino Médio incompleto com 40.542 caos (15,2%); Ensino Fundamental completo com 26.197 casos (9,8%). Com isso, chega-se ao resultado de que o menor índice de diagnóstico para a sífilis gestacional foram em mulheres com Educação Superior incompleta, apresentando 4.015 casos (1,5%) e Educação Superior completa, com a menor incidência de 3.276 casos (1,2%).

4 CONCLUSÃO

Com base na pesquisa realizada, foi possível constatar que o perfil epidemiológico dos casos de sífilis gestacional estavam concentrados principalmente em mulheres pardas, com idade fértil, residentes no sudeste ou nordeste do Brasil e com baixo nível educacional. É visível que mulheres em perfil de vulnerabilidade são mais propensas a terem o diagnóstico positivo para sífilis gestacional.

Percebe-se ainda que, no caso da faixa etária, a segunda com maior prevalência envolveu adolescentes de 15 a 19 anos, evidenciando outra vulnerabilidade para o desenvolvimento de infecções sexuais. Quando soma-se mulheres pardas, marginalizadas pela sociedade, com pouca idade e baixo nível educacional, cria-se um grupo extremamente vulnerável para o acometimento de patologias, devido à falta de acesso adequado e equitativo a serviços básicos, como saúde e educação, além de orientações adequadas para o cuidado com a própria saúde.

A partir dos resultados, evidenciou-se a importância da existência e implementação de políticas públicas que incluam esses grupos vulneráveis, atuando assim, sobre as necessidades específicas de cada indivíduo e proporcionando uma qualidade de vida digna.

Contudo estudos como estes são imprescindíveis para incentivar a práticas de medidas que supram a necessidade da população em risco e instiguem novos estudos científicos para melhorias das ações sociais, políticas e de saúde.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. D. M. *et al.* Caracterização epidemiológica da sífilis congênita em Teresina-Piauí no período de 2013 a 2017. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. 1-12, 2021.

BEZERRA, M. L. M. B. *et al.* Congenital Syphilis as a Measure of Maternal and Child Healthcare, Brazil. **Emerging Infectious Diseases**, v. 25, n. 8, p. 1469-1476, 2019.

BLUMENBERG, C. **Pesquisa epidemiológica baseada na WEB: estratégias e características pessoais associadas à adesão e participação de adultos jovens**. 2018. 180f. Tese (Doutorado em Epidemiologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

CALDAS, G. R. F. *et al.* Determinantes e condicionantes da saúde x patologias. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, p. 1-8, 2021.

FILHO, R. C. S. *et al.* Situação Clínico-Epidemiológica da Sífilis Gestacional em Anápolis-GO: uma análise retrospectiva. **Cogitare Enfermagem**, v. 26, p. 1-12, 2021.

MARQUES, J. V. S. *et al.* Incidência da sífilis congênita e fatores associados à transmissão vertical da sífilis: dados do estudo Nascer no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 6, p. 1-12, 2019.

MONTEIRO, C. C. **Epidemiologia da Sífilis Congênita, Sífilis em gestantes e fatores associados ao óbito infantil pela doença, Betim, Minas Gerais, 2010 a 2018**. 2022. 155f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

ROSA, R. F. N. *et al.* O manejo da Sífilis Gestacional no Pré-Natal. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, v. 14, p. 1-7, 2020.

SILVA, P. T. B.; MAGALHÃES, S. C.; LAGO, M. T. G. A assistência do profissional enfermeiro frente ao diagnóstico da sífilis no período gestacional: uma revisão bibliográfica. **Revista Terra & Cultura**, v. 35, n. esp., p. 78-92, 2019.

TEIXEIRA, P. M. G.; MOURÃO, H. H. S.; SANTANA, F. N. S. Incidência e prevalência de Sífilis Congênita na pandemia do SarsCov2, no Brasil, em comparação aos 2 anos pré pandêmicos. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 3, p. 12435-12449, 2023.